

**CONV 647/03**

**NOTA**

---

de: Praesidium

para: Convenção

---

**Assunto: Parte III: Disposições gerais e finais**

---

**PARTE III: DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Conteúdo do documento:**

- **Página 2: Principais elementos**
- **Página 3: Quadro indicativo: Parte III: Artigos propostos para as disposições gerais e finais em comparação com os Tratados existentes**
- **Página 4: Artigos**
- **Página 8: Artigos comentados**

## PRINCIPAIS ELEMENTOS

O texto que se apresenta à Convenção contém determinadas disposições que correspondem às disposições gerais e finais já existentes nos actuais Tratados, outras disposições que ou são novas, para ter em conta, nomeadamente, o facto de a Constituição substituir os Tratados existentes, ou alteram as disposições já existentes.

- O artigo A destina-se a revogar os actuais Tratados e menciona os principais Tratados revogados pela Constituição, remetendo para uma lista exaustiva a elaborar pela Conferência Intergovernamental, que deverá enumerar os Tratados e actos que alteram o TCE e o TUE. A natureza técnica e exaustiva de tal lista justifica a remissão.
- O artigo B é uma disposição nova que se destina a determinar que à Comunidade Europeia e à antiga União Europeia sucede a nova entidade "União Europeia".
- O artigo C visa determinar o âmbito de aplicação do Tratado Constitucional. Este artigo retoma uma disposição existente no TCE, tornando-a aplicável à União Europeia.
- O artigo D estabelece a compatibilidade das uniões regionais entre a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos com a Constituição.
- O artigo E, relativo aos Protocolos, retoma uma disposição já existente.
- O artigo F define o processo de revisão do Tratado Constitucional. O processo proposto é aquele a que se refere o artigo 48.º do TUE. Todavia, se o desejar, a Convenção pode estudar outras alternativas e, nomeadamente, o processo previsto actualmente para a elaboração da Constituição.
- O artigo G define o processo de ratificação e de entrada em vigor do Tratado Constitucional. O processo proposto é o que presentemente se refere no artigo 52.º do TUE. Tal implica que o Tratado Constitucional apenas poderá entrar em vigor se for ratificado por todos os Estados-Membros signatários. O Praesidium propõe este processo, que reflecte a situação actual, em que os Tratados existentes só podem ser revogados com o consentimento de todos os Estados-Membros que neles são parte. Propõe-se, no entanto, aditar um novo número, em que se indique que o Conselho Europeu avaliará as consequências políticas da eventual não ratificação do Tratado por um ou mais Estados-Membros.
- Os artigos H e I, relativos ao período de vigência do Tratado Constitucional e às línguas em que é redigido, retomam as disposições já existentes nos actuais Tratados, com as adaptações necessárias para ter em conta as novas adesões.

**QUADRO INDICATIVO: PARTE III: ARTIGOS PROPOSTOS PARA AS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS EM COMPARAÇÃO COM OS TRATADOS EXISTENTES**

	Artigos novos	Artigos que retomam disposições dos Tratados existentes, quer parcialmente quer com alterações substanciais	Artigos retomados dos Tratados existentes, sem alteração ou com pequenas alterações
<u>Artigo A:</u> Revogação dos Tratados anteriores	✓		
<u>Artigo B:</u> Continuidade jurídica relativamente à Comunidade Europeia e à União Europeia	✓		
<u>Artigo C:</u> Âmbito de aplicação		✓	
<u>Artigo D:</u> Uniões regionais			✓
<u>Artigo E:</u> Protocolos			✓
<u>Artigo F:</u> Processo de revisão do Tratado Constitucional			✓
<u>Artigo G:</u> Aprovação, ratificação e entrada em vigor do Tratado Constitucional		✓	
<u>Artigo H:</u> Período de vigência			✓
<u>Artigo I:</u> Línguas			✓

**N.B.** As observações da Secção IV do documento indicam em que medida cada um dos projectos de artigos se baseia num ou em vários artigos existentes, bem como todas as alterações ou eventuais novos elementos. Para uma ideia precisa do fundamento dos artigos, consultar as observações.

## **PARTE III: DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

### **ARTIGOS**

#### **Artigo A: Revogação dos Tratados anteriores**

À data de entrada em vigor do Tratado Constitucional, são revogados o Tratado que institui a Comunidade Europeia, de 25 de Março de 1957, o Acto Único, de 17 de Fevereiro de 1986, o Tratado da União Europeia, de 7 de Fevereiro de 1992, bem como os Tratados de Amesterdão, de 2 de Outubro de 1997, e de Nice, de 26 de Fevereiro de 2001. São igualmente revogados os actos e Tratados que constam do Anexo.

#### **Artigo B: Continuidade jurídica relativamente à Comunidade Europeia e à União Europeia**

A União Europeia sucede às Comunidades Europeias e à União em todos os seus direitos e obrigações, quer sejam internos quer resultem de acordos internacionais, constituídos antes da entrada em vigor do Tratado Constitucional por força dos Tratados, protocolos e actos anteriores, incluindo a totalidade do activo e do passivo das Comunidades e da União, bem como os respectivos arquivos.

As disposições dos actos das Instituições da União aprovados em virtude dos Tratados e actos referidos no primeiro parágrafo permanecem em vigor na medida em que sejam compatíveis com a Constituição. A jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias mantém-se enquanto fonte privilegiada de interpretação da Constituição e dos actos antes da sua entrada em vigor.

#### **Artigo C: Âmbito de aplicação**

1. O Tratado Constitucional é aplicável ao Reino da Bélgica, ao Reino da Dinamarca, à República Federal da Alemanha, à República Helénica, ao Reino de Espanha, à República Francesa, à Irlanda, à República Italiana, ao Grão-Ducado do Luxemburgo, ao Reino dos Países Baixos, à República da Áustria, à República Portuguesa, à República da Finlândia, ao Reino da Suécia e ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, e...
2. O Tratado Constitucional é aplicável aos departamentos franceses ultramarinos, aos Açores, à Madeira e às ilhas Canárias em conformidade com o artigo,... da Parte II.
3. O regime especial de associação definido na [Parte IV do TCE] do Tratado Constitucional é aplicável aos países e territórios ultramarinos cuja lista consta do [Anexo II do TCE].

O Tratado Constitucional não é aplicável aos países e territórios ultramarinos que mantenham relações especiais com o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte não mencionados na referida lista.

4. O Tratado Constitucional é aplicável aos territórios europeus cujas relações externas sejam asseguradas por um Estado-Membro.
5. O Tratado Constitucional é aplicável às Ilhas Åland nos termos das disposições constantes do Protocolo n.º 2 do Acto relativo às Condições de Adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia.
6. Em derrogação dos números anteriores:
  - a) O Tratado Constitucional não é aplicável às ilhas Faroé;
  - b) O Tratado Constitucional não é aplicável às zonas de soberania do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em Chipre;
  - c) O Tratado Constitucional só é aplicável às ilhas anglo-normandas e à ilha de Man na medida em que tal seja necessário para assegurar a aplicação do regime previsto para essas ilhas no Tratado relativo à adesão de novos Estados-Membros à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Europeia da Energia Atómica, assinado em 22 de Janeiro de 1972.

#### **Artigo D: Uniões regionais**

O Tratado Constitucional não constitui obstáculo à existência e concretização das uniões regionais entre a Bélgica e o Luxemburgo, bem como entre a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos, na medida em que os objectivos dessas uniões regionais não sejam alcançados através da aplicação do Tratado Constitucional.

#### **Artigo E: Protocolos**

Os protocolos anexos ao presente Tratado fazem dele parte integrante.

#### **Artigo F: Processo de revisão do Tratado Constitucional**

O Governo de qualquer Estado-Membro ou a Comissão podem submeter ao Conselho projectos de revisão do Tratado Constitucional. Esses projectos serão notificados aos parlamentos nacionais.

Se o Conselho, após consulta ao Parlamento Europeu e, quando for adequado, à Comissão, emitir parecer favorável à realização de uma conferência de representantes dos governos dos Estados-Membros, esta será convocada pelo Presidente do Conselho, a fim de aprovar, de comum acordo, as alterações a introduzir no Tratado Constitucional. Se se tratar de alterações institucionais no domínio monetário, será igualmente consultado o Conselho do Banco Central Europeu.

As alterações entrarão em vigor após ratificação por todos os Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.

## **Artigo G: Aprovação, ratificação e entrada em vigor do Tratado Constitucional**

1. O Tratado Constitucional será ratificado pelas Altas Partes Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Governo da República Italiana.
2. O Tratado Constitucional entrará em vigor no dia ....., se tiverem sido depositados todos os instrumentos de ratificação ou, na falta desse depósito, no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceder a esta formalidade em último lugar.
3. Se, decorrido um prazo de dois anos a contar da data de assinatura do Tratado Constitucional, quatro quintos dos Estados-Membros o tiverem ratificado e um ou mais Estados-Membros tiverem deparado com dificuldades em proceder a essa ratificação, o Conselho Europeu analisará a questão.

## **Artigo H: Período de vigência**

O Tratado Constitucional tem vigência ilimitada.

## **Artigo I: Línguas <sup>1</sup>**

O Tratado Constitucional, redigido num único exemplar, nas línguas alemã, dinamarquesa, espanhola, finlandesa, francesa, grega, inglesa, irlandesa, italiana, neerlandesa, portuguesa, sueca e ..., fazendo fé qualquer dos textos, será depositado nos arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos governos dos outros Estados signatários.

---

<sup>1</sup> Este artigo deverá ser adaptado em conformidade com o Acto de Adesão.

**PAÍSES E TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS**  
**aos quais se aplicam as disposições da [Parte IV] do Tratado Constitucional**

- Gronelândia;
- Nova Caledónia e Dependências;
- Polinésia Francesa;
- Territórios Austrais e Antárcticos franceses;
- Ilhas Wallis e Futuna;
- Mayotte;
- São Pedro e Miquelon;
- Aruba;
- Antilhas Neerlandesas:
  - Bonaire,
  - Curaçao,
  - Saba,
  - Santo Eustáquio,
  - São Martinho;
- Anguila;
- Ilhas Caimão;
- Ilhas Malvinas-Falkland;
- Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul;
- Montserrat;
- Pitcairn;
- Santa Helena e Dependências;
- Território Antártico Britânico;
- Território Britânico do Oceano Índico;
- Ilhas Turcas e Caicos;
- Ilhas Virgens Britânicas;
- Bermudas.

---

\* [Anexo II do TCE] previsto no artigo C.

### PARTE III: DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

#### Artigos comentados

##### **Artigo A: Revogação dos Tratados anteriores**

À data da entrada em vigor do Tratado Constitucional, são revogados o Tratado que institui a Comunidade Europeia, de 25 de Março de 1957, o Acto Único, de 17 de Fevereiro de 1986, o Tratado da União Europeia, de 7 de Fevereiro de 1992, bem como os Tratados de Amesterdão, de 2 de Outubro de 1997, e de Nice, de 26 de Fevereiro de 2001. São igualmente revogados os actos e Tratados que constam do Anexo.

##### **Observações:**

*Este artigo destina-se a revogar o Tratado de Roma, de 1957 (TCE), o Acto Único, de 1986, o Tratado da União Europeia, de 1993 (TUE), bem como os Tratados de Amesterdão e de Nice e todos os outros Tratados que vieram dar-lhes nova redacção, na medida em que as respectivas disposições sejam substituídas pelo Tratado Constitucional.*

*Propõe-se a remissão para um anexo no que respeita à enumeração dos outros Tratados e actos de alteração ao TCE e ao TUE que deverão ser revogados na sequência da entrada em vigor da Constituição.*

*A redacção desse anexo não é tarefa fácil, pois implica a análise de todos os Tratados que alteram o TCE e o TUE, bem como dos actos de adesão, a fim de verificar se contêm disposições ainda aplicáveis, a retomar em alguma parte da Constituição ou a manter à parte.*

*Sugere-se que a Convenção não elabore a referida lista e que recorde ao Conselho Europeu a necessidade de a redigir antes do final dos trabalhos da CIG.*



## **Artigo B: Continuidade jurídica relativamente à Comunidade Europeia e à União Europeia**

A União Europeia sucede às Comunidades Europeias e à União em todos os seus direitos e obrigações, quer sejam internos quer resultem de acordos internacionais, constituídos antes da entrada em vigor do Tratado Constitucional por força dos Tratados, protocolos e actos anteriores, incluindo a totalidade do activo e do passivo das Comunidades e da União, bem como os respectivos arquivos.

As disposições dos actos das Instituições da União aprovados em virtude dos Tratados e actos referidos no primeiro parágrafo permanecem em vigor na medida em que sejam compatíveis com a Constituição. A jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias mantém-se enquanto fonte privilegiada de interpretação da Constituição e dos actos antes da sua entrada em vigor.

### **Observações:**

*Esta disposição tem por objectivo organizar a sucessão da nova entidade "União Europeia" no que respeita aos direitos e obrigações da Comunidade Europeia e da União Europeia, bem como a manutenção do acervo existente à data de entrada em vigor do Tratado Constitucional (acordos internacionais, direito derivado, jurisprudência, direitos e obrigações de terceiros) na eventualidade de o Tratado Constitucional vir a ser ratificado por todos os Estados-Membros.*

*Propõe-se que o princípio da sucessão seja estabelecido neste artigo e que se remeta para um protocolo a enumeração dos actos, pelo respectivo número, a retomar pela nova entidade.*

*Sugere-se que a Convenção não elabore esse protocolo e que chame a atenção do Conselho Europeu para a necessidade de o redigir antes do final da CIG.*

## Artigo C: Âmbito de aplicação

1. O Tratado Constitucional é aplicável ao Reino da Bélgica, ao Reino da Dinamarca, à República Federal da Alemanha, à República Helénica, ao Reino de Espanha, à República Francesa, à Irlanda, à República Italiana, ao Grão-Ducado do Luxemburgo, ao Reino dos Países Baixos, à República da Áustria, à República Portuguesa, à República da Finlândia, ao Reino da Suécia e ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, e...
2. O Tratado Constitucional é aplicável aos departamentos franceses ultramarinos, aos Açores, à Madeira e às ilhas Canárias em conformidade com o artigo ... da Parte II.
3. O regime especial de associação definido na [Parte IV do TCE] da Parte II do Tratado Constitucional é aplicável aos países e territórios ultramarinos cuja lista consta do [Anexo II do TCE].  
O Tratado Constitucional não é aplicável aos países e territórios ultramarinos que mantenham relações especiais com o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte e que não sejam mencionados na referida lista.
4. O Tratado Constitucional é aplicável aos territórios europeus cujas relações externas sejam asseguradas por um Estado-Membro.
5. O Tratado Constitucional é aplicável às Ilhas Åland, nos termos das disposições constantes do Protocolo n.º 2 do Acto relativo às Condições de Adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia.
6. Em derrogação dos números anteriores:
  - a) O Tratado Constitucional não é aplicável às ilhas Faroé;
  - b) O Tratado Constitucional não é aplicável às zonas de soberania do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em Chipre;
  - c) O Tratado Constitucional só é aplicável às ilhas anglo-normandas e à ilha de Man na medida em que tal seja necessário para assegurar a aplicação do regime previsto para essas ilhas no Tratado relativo à adesão de novos Estados-Membros à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Europeia da Energia Atómica, assinado em 22 de Janeiro de 1972.

### Observações:

*Esta disposição retoma o artigo 299.º do TCE (introduzindo-lhe as modificações técnicas necessárias) com excepção do segundo parágrafo do n.º 2. Com efeito, entendeu-se que, tratando-se de uma base jurídica, este parágrafo deveria ser colocado na Parte II da Constituição, juntamente com as demais bases jurídicas.*

*Chama-se a atenção da Convenção para o facto de que o artigo 299.º do TCE não se aplica ao TUE. Por conseguinte, a substituição do termo "Tratado", referido nessa disposição, por "Tratado Constitucional", levanta o problema do âmbito de aplicação do Tratado Constitucional.*

*Esta disposição terá de ser adaptada na sequência da entrada em vigor dos Tratados de Adesão.*

## **Artigo D: Uniões regionais**

O Tratado Constitucional não constitui obstáculo à existência e concretização das uniões regionais entre a Bélgica e o Luxemburgo, bem como entre a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos, na medida em que os objectivos dessas uniões regionais não sejam alcançados pela aplicação do Tratado Constitucional.

### ***Observações:***

*Esta disposição retoma o artigo 306.º do TCE. No âmbito dos eventuais futuros debates sobre a cooperação reforçada, a Convenção poderia estudar o alcance deste artigo e/ou a sua articulação com as disposições em matéria de cooperação reforçada. Recomenda-se, todavia, que se mantenha, nesta fase, a actual versão do artigo.*

## **Artigo E: Protocolos**

Os protocolos anexos ao presente Tratado fazem dele parte integrante.

### ***Observações:***

*Esta disposição retoma uma disposição já existente no TUE e no TCE.*

*Os protocolos actualmente existentes, tanto os anexos ao TUE ou ao TCE como os anexos a ambos os Tratados, deveriam ser apensos ao novo Tratado Constitucional.*

*A Convenção poderia chamar a atenção da CIG para a necessidade de esta decidir do destino a dar a estes Protocolos.*

## Artigo F: Processo de revisão do Tratado Constitucional

1. O Governo de qualquer Estado-Membro ou a Comissão podem submeter ao Conselho projectos de revisão do Tratado Constitucional. Esses projectos serão notificados aos parlamentos nacionais.  
Se o Conselho, após consulta ao Parlamento Europeu e, quando for adequado, à Comissão, emitir parecer favorável à realização de uma conferência de representantes dos governos dos Estados-Membros, esta será convocada pelo Presidente do Conselho, a fim de aprovar, de comum acordo, as alterações a introduzir no Tratado Constitucional.  
Se se tratar de alterações institucionais no domínio monetário, será igualmente consultado o Conselho do Banco Central Europeu.  
As alterações entrarão em vigor após ratificação por todos os Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.

### Observações:

1. *Este artigo retoma o artigo 48.º do TUE. Pode prever-se, tal como sugerido pelo grupo de trabalho sobre os Parlamentos nacionais, o aditamento nesta disposição de um n.º 2 com a seguinte redacção:*

"A Conferência de representantes dos governos dos Estados-Membros pode ser preparada por uma Convenção convocada pelo Presidente do Conselho Europeu e composta por representantes dos Parlamentos nacionais, dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros, e do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. No termo dos seus trabalhos, a Convenção aprova por consenso uma recomendação à Conferência de representantes dos governos dos Estados-Membros."

2. *Chama-se também a atenção da Convenção para os seguintes aspectos:*

- *Se a Convenção quiser analisar um processo diferente do do artigo 48.º do TCE e do que está actualmente a ser seguido para elaborar a Constituição, haverá que decidir previamente toda uma série de questões de natureza processual:*

*Possibilidade de o Conselho alterar a Constituição ou manutenção da Conferência dos Estados-Membros?*

- a) *A quem deverá caber a iniciativa dessa alteração?*
  - b) *Alteração por unanimidade ou por maioria qualificada?*
  - c) *Quais as modalidades de participação da Comissão e do Parlamento Europeu?*
  - d) *Em que moldes participarão os parlamentos nacionais?*
  - e) *Que papel desempenharia o Congresso, caso viesse a ser criado?*
- *Se a Convenção escolhesse um processo diferente do do artigo 48.º do TCE, poderia estudar a possibilidade de aplicar um processo que permitisse recorrer exclusivamente à CIG, no caso de alterações muito limitadas; poderia também ponderar a hipótese de prever em certas disposições a possibilidade de serem alteradas pelo Conselho ou pelo Conselho Europeu, por unanimidade ou por maioria qualificada, como se verifica já em certos casos (por exemplo, o artigo 213.º do TCE relativamente ao número de comissários).*
  - *Esta disposição levanta a questão de saber o que deverá ser previsto para o caso de um Estado-Membro não ratificar uma revisão do Tratado.*

## **Artigo G: Aprovação, ratificação e entrada em vigor do Tratado Constitucional**

1. O Tratado Constitucional será ratificado pelas Altas Partes Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Governo da República Italiana.
2. O Tratado Constitucional entrará em vigor no dia ....., se tiverem sido depositados todos os instrumentos de ratificação ou, na falta desse depósito, no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceder a esta formalidade em último lugar.
3. Se, decorrido um prazo de dois anos a contar da data de assinatura do Tratado Constitucional, quatro quintos dos Estados-Membros o tiverem ratificado e um ou mais Estados-Membros tiverem deparado com dificuldades em proceder a essa ratificação, o Conselho Europeu analisará a questão.

### **Observações:**

*Esta disposição retoma no essencial os artigos 52.º do TUE e 313.º do TCE.*

*Segundo o artigo 48.º do TUE, que prevê o processo de revisão do Tratado, "as alterações entrarão em vigor após ratificação por todos os Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais", o que implica que o Tratado Constitucional só poderá entrar em vigor se for ratificado por todos os Estados-Membros signatários. Assim sendo, no caso de pelo menos um dos Estados signatários não ratificar o Tratado Constitucional, este não poderá entrar em vigor e os Tratados actuais continuariam a vigorar.*

*Nesse caso, caberia aos Estados-Membros e às Instituições da União avaliar as consequências políticas da situação. Este artigo compreende, pois, uma disposição (o n.º 3) que não consta dos actuais Tratados e que prevê a eventualidade de, num prazo de dois anos, um ou vários Estados-Membros não terem concluído, por qualquer razão, os trâmites internos de ratificação. Caberia então ao Conselho Europeu avaliar as consequências políticas da situação.*

*Em alguns dos contributos apresentados à Convenção propõe-se que, quando for atingido um limiar, a determinar no próprio Tratado Constitucional, este entre em vigor, fora do âmbito do processo do artigo 48.º do TUE, para os Estados que o tenham ratificado. (cf. artigo x + 6 (n.º 2) do texto do PPE; n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º do acordo relativo à entrada em vigor do Tratado sobre a Constituição da União Europeia do projecto de Constituição apresentado pela Comissão; artigo 47.º do projecto Spinelli).*

*Do ponto de vista jurídico, embora prevista no artigo 24.º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados ("um tratado entra em vigor segundo as modalidades e na data fixada pelas suas disposições ou convencionadas por acordo dos Estados que tenham participado na negociação"), esta possibilidade levanta problemas em relação aos antigos Tratados no caso de não ratificação do Tratado Constitucional por um ou mais Estados signatários. Com efeito, se fosse esse o caso, coloca-se a questão de saber que destino teriam os Tratados actuais. Ora, segundo a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (art. 54.º), um tratado apenas pode ser revogado de harmonia com as suas próprias disposições ou por consentimento de todas as partes. Como os Tratados actuais nada prevêem a respeito da sua própria revogação, só podem ser revogados por consentimento de todos os Estados-Membros que nele sejam parte (ou seja, os 15 neste momento, os 25 após a entrada em vigor dos Tratados de Adesão). Não havendo revogação dos antigos Tratados por acordo de todos os Estados-Membros da União, esses Tratados continuariam em vigor.*

**Artigo H: Período de vigência**

O Tratado Constitucional tem vigência ilimitada.

***Observações:***

*Esta disposição retoma o teor do artigo 51.º do TUE e do artigo 312.º do TCE.*

## **Artigo: Línguas <sup>1</sup>**

O Tratado Constitucional, redigido num único exemplar, nas línguas alemã, dinamarquesa, espanhola, finlandesa, francesa, grega, inglesa, irlandesa, italiana, neerlandesa, portuguesa, sueca e ..., fazendo fê qualquer dos textos, será depositado nos arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos governos dos outros Estados signatários.

### ***Observações:***

*Esta disposição retoma o artigo 53.º do TUE e o artigo 314.º do TCE; deverá ser adaptada na sequência da entrada em vigor dos Tratados de Adesão.*

---

<sup>1</sup> Este artigo deverá ser adaptado em conformidade com o Acto de Adesão.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*Chama-se a atenção da Convenção para os três pontos seguintes:*

- 1) Algumas das disposições que actualmente constam da Parte VI do TCE ("Disposições gerais e finais") deveriam figurar numa secção específica da Parte II do Tratado Constitucional caso não sejam incluídas noutras secções da Parte II.*
- 2) O artigo 46.º do TUE, que figura entre as disposições finais do TUE, deveria ser incluído na Parte II, na rubrica "Tribunal de Justiça". Além disso, deveria ser alterado para ter em conta a fusão dos Tratados e, eventualmente, as conclusões do Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça. Determinadas partes desta disposição, tais como a alínea e), deverão ser conservadas, caso se pretenda manter a situação actual.*
- 3) Quando estiver definido com mais precisão o conteúdo exacto das disposições da Constituição em matéria de política externa e de segurança comum, a Convenção deverá também ponderar a manutenção, a localização e as eventuais alterações do artigo 47.º do TUE, que figura também entre as disposições finais deste Tratado.*

**PAÍSES E TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS**

aos quais se aplicam as disposições da [Parte IV] do Tratado Constitucional

- Gronelândia;
- Nova Caledónia e Dependências;
- Polinésia Francesa;
- Territórios Austrais e Antárcticos franceses;
- Ilhas Wallis e Futuna;
- Mayotte;
- São Pedro e Miquelon;
- Aruba;
- Antilhas Neerlandesas:
  - Bonaire,
  - Curaçao,
  - Saba,
  - Santo Eustáquio,
  - São Martinho;
- Anguila;
- Ilhas Caimão;
- Ilhas Malvinas-Falkland;
- Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul;
- Montserrat;
- Pitcairn;
- Santa Helena e Dependências;
- Território Antártico Britânico;
- Território Britânico do Oceano Índico;
- Ilhas Turcas e Caicos;
- Ilhas Virgens Britânicas;
- Bermudas.

---

---

\* [Anexo II do TCE] previsto no artigo C.